

Este trabalho tem como finalidade mostrar e compreender o processo de produção dos loteamentos clandestinos no município de São José dos Campos, através da análise das questões estruturais que regem o processo, associada à ação dos agentes produtores e consumidores deste espaço. A necessidade de estudos mais aprofundados, em que se realizassem análises envolvendo fatores estruturais das instâncias econômica e política, associados aos aspectos físicos territoriais desta ocupação, mais a ação dos agentes envolvidos, contemplaram a metodologia aplicada a compreensão das transformações ocorridas na produção social do espaço clandestino. Foram realizados mapeamentos por meio do processo de fotointerpretação de aerofotos multi-temporais os quais forneceram informações relevantes, revelando momentos críticos desta ocupação e da atuação dos agentes. Através do levantamento de informações acerca da legislação, de planos e programas, da ação de órgãos pertinentes, de dados sócio-econômicos, integradas aos dados de mapeamento e de visitas a campo, foram realizadas análises temáticas e sínteses que permitiram a apreciação destes assuntos para a compreensão do processo. O contexto formado propiciou a organização de agentes que atuaram naquilo que Gottdiener (1993) analisa como sendo o circuito secundário de capital, ou seja, a forma de canalizar o capital excedente em uma atividade lucrativa de investimentos, que neste estudo de caso, foi o mercado de terras urbanas clandestinas. As questões estruturais e contingenciais que se desenvolveram criavam condições para a existência de redes de agentes que direcionavam seu capital para este mercado clandestino, e atuavam fortemente articulados entre si. A partir do primeiro mapeamento (1977), já era possível identificar alguns destes agentes, e posteriormente, nos mapeamentos seguintes, destacando-se na década de 80, agindo mais freqüentemente nas regiões Norte e Leste do Município. Esta rede atuava tanto como proprietários das glebas loteadas como também na comercialização destes loteamentos, articulando-se entre eles e a outros proprietários no empreendimento e como imobiliárias. Esta rede especializada se consolidou na ilegalidade destes empreendimentos clandestinos, demonstrando que esta expansão não se processou apenas por questões estruturais.